

PRODUÇÃO BIBLIOGRÁFICA DE GRAMSCI NO BRASIL: UMA ANÁLISE PRELIMINAR

Ana Lole PUC/RJ¹
Ana Valéria Dias Pereira UNIRIO/RJ²
Maria Julia de Paiva UFF/RJ³
Rodrigo Lima Ribeiro Gomes IEAR/UFF⁴

1. Introdução

No segundo semestre de 2015, em reunião no Núcleo de Estudos e Pesquisas em Filosofia, Política e Educação (NuFiPE/UFF), o professor Giovanni Semeraro⁵ apresentou a ideia de uma pesquisa sobre a produção do pensamento de Gramsci no Brasil. Então, foi constituído um coletivo de pesquisadores/as⁶ com o objetivo de realizar um levantamento bibliográfico das obras que, no Brasil, adotam a obra de Antonio Gramsci como referencial teórico para suas análises ou a tomam como objeto de pesquisa.

Sobre o processo de coleta de dados, primeiramente elegemos a lista disponibilizada no *site* da International Gramsci Society (IGS-Brasil), criada em 2015, intitulada “Lista de gramscianos no Brasil”. Nesta lista, dividida por regiões e Estados do país, constavam os nomes de 147 (cento e quarenta e sete) pesquisadores/as. No intuito de mapearmos a produção bibliográfica gramsciana desses/as pesquisadores/as, acessamos o *currículo lattes* de cada um que constava na lista. No decorrer do processo, no entanto, incluímos outros nomes de pesquisadores/as do Brasil. Esta etapa da pesquisa foi destinada a coletarmos livros, capítulos de livros e artigos científicos publicados. Após esta etapa inicial, passamos a mapear as teses e dissertações defendidas nos Programas de Pós-Graduação em todo país. Cada pesquisador/a, nesta etapa, ficou responsável por coletar dados referentes a um quantitativo selecionado de instituições de ensino e pesquisa brasileiras.

¹ Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Assistente social e mestre em Política Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Professora do Departamento de Serviço Social de Niterói da UFF. Membro do NuFiPE/UFF.

² Doutoranda em Educação pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Membro do NuFiPE/UFF e do Grupo de Estudos e Pesquisas em Avaliação e Currículo (GEPAC/UNIRIO).

³ Mestre em Ciências da área de Saúde Pública pela Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca (ENSP). Membro do NuFiPE/UFF.

⁴ Doutor e Mestre em Educação pela UFF. Professor Adjunto do Instituto de Educação de Angra dos Reis da UFF (IEAR-UFF). Membro do NuFiPE/UFF.

⁵ Coordenador do NuFiPE/UFF e presidente seção brasileira da International Gramsci Society – IGS-Brasil.

⁶ Esse coletivo foi constituído por: Ana Lole, Ana Valéria Dias Pereira, Andressa Almeida Estevam, Bárbara de Oliveira White, Maria Julia de Paiva, Rodrigo Lima Ribeiro Gomes e Sônia N. Leitão, membros NuFiPE/UFF. Contamos, também, com a colaboração do Grupo de Estudos e Pesquisas em Antonio Gramsci (GGramsci) sediado na Universidade Federal do Ceará (UFC).

Como metodologia para a seleção dos trabalhos, consideramos os seguintes critérios: 1) trabalhos que têm Gramsci ou conceitos gramscianos como objeto de pesquisa; 2) trabalhos que têm conceitos gramscianos como principal referência de análise do seu objeto; 3) trabalhos marxistas que têm conceitos gramscianos como referência central; e 4) trabalhos “eccléticos” que têm conceitos gramscianos como uma das referências centrais.

Os primeiros resultados desta pesquisa foram apresentados no Seminário comemorativo do primeiro ano de fundação da IGS/Brasil, intitulado *Crise Orgânica e Lutas de Classes*, organizado pelo NuFiPE, realizado nos dias 31 de maio e 01 de junho de 2016, na UFF. O resultado dessa empreitada coletiva está materializado no *Mapa bibliográfico de Gramsci no Brasil*, publicado no *site* da IGS/Brasil. Este *Mapa* não é um resultado final da pesquisa, mas uma primeira etapa de um processo em construção.

Neste artigo, exporemos nossas primeiras análises sobre as teses e dissertações que são fruto do nosso levantamento, enfocando quatro áreas e/ou temas em que os estudos gramscianos tiveram relevante incidência: Educação, Serviço Social, Ciências Sociais e Saúde.

2. Gramsci e produção do conhecimento no Brasil

Como já é sabido, a influência do pensamento de Antonio Gramsci na produção de conhecimento em nosso país remonta à década de 1960, quando as primeiras traduções baseadas na “edição temática” italiana começaram a ser publicadas no Brasil. Receberam inúmeras reedições, até o momento em que Carlos Nelson Coutinho, Marco Aurélio Nogueira e Luiz Sérgio Henriques publicaram uma edição “mista”, contendo tanto aspectos da “edição temática”, quanto da segunda, a “edição crítica”, dirigida por Valentino Gerratana e concluída em 1975 (COUTINHO, 1999).

No entanto, o impacto do pensamento gramsciano, embora efetivo, também foi muito desigual e variado ao longo do tempo, assim como teve intensidades e temporalidades distintas, a depender da área de conhecimento acadêmico. Contudo, embora já houvesse trabalhos, em especial na forma de teses e dissertações desde os anos de 1970, foi na década de 1980 que a influência de Gramsci se consolidou, como atestam pesquisadores que localizam no tempo o impacto gramsciano em suas respectivas áreas de atuação (SAVIANI, 2005; SIMIONATTO, 2011a).

Os argumentos que justificam o porquê de Gramsci ter se tornado tão influente em nosso país – influência que, por certo, precisa ser localizada: trata-se de uma referência para pensadores e militantes da esquerda democrática – são, no geral, sintetizados do seguinte modo: trata-se de uma contraposição a determinadas formas de marxismo que haviam se tornado referência no

debate intelectual e político em nosso país, como o estruturalismo althusseriano ou o marxismo “determinista” dos Partidos Comunistas. Além disso, o pensamento marxista desenvolvido por Gramsci apresenta questões de grande atualidade para as complexas realidades do nosso tempo histórico e as transformações sociopolíticas que ocorrem no Brasil.

Não é por acaso que a influência de Gramsci se amplifica, justamente, em paralelo aos movimentos sociais e políticos que “forçariam” a interrupção do regime ditatorial brasileiro (1964-1985). O autor foi-se tornando referência para uma defesa, pela esquerda, do retorno do regime democrático, bem como de um tipo de pensamento crítico que valorizava a iniciativa político-organizativa, em contraposição ao “reprodutivismo” e ao “economicismo” que reduziam a importância da ação dos sujeitos.

Não é, portanto, coincidência que Gramsci é muito influente nas chamadas “Ciências Sociais Aplicadas”, como a Educação e o Serviço Social, ou áreas mistas, em que a relação com o público é essencial, como a Saúde Coletiva, em que a análise da realidade social pode ser completada com propostas de políticas públicas de caráter universalizante, que almejam a tornar-se reconhecidas como direito de todos.

A filosofia da práxis gramsciana – ao contrário do estruturalismo ou de referenciais que consideram que o Estado capitalista é exclusivamente burguês, ou seja, não permeável a nenhuma conquista válida para a classe trabalhadora – caía, então, como uma luva: tornava possível a manutenção da perspectiva crítica do marxismo, ao mesmo tempo em que fornecia elementos teóricos para justificar e propor iniciativas que poderiam tornar-se conquistas concretas.

E o impacto do pensamento gramsciano no Brasil não foi pequeno. Não à toa, Gramsci é o intelectual mais atacado pelos pensadores de direita, juntamente com Paulo Freire – que, feitas as devidas distinções, produziu uma obra com características semelhantes e se inspirou também em Gramsci. Os números de publicações com referencial gramsciano serão apresentados em breve e são bastante eloquentes. Contudo, sua recepção não ocorreu sem problemas.

A começar pela própria característica da obra de Antonio Gramsci, que, como Coutinho destacou, não publicou um único livro em vida. Seu trabalho pode ser agrupado, em linhas gerais, em três blocos: os *Escritos Políticos* pré-carcerários (textos jornalísticos e partidários); o epistolário, em especial as *Cartas do Cárcere*; e, por fim, aquele que mais é referenciado entre nós, os chamados *Cadernos do Cárcere*, que são compostos por apontamentos bastante diversos do ponto de vista dos temas e dos problemas, como também muito “desnivelados”, ou seja, com áreas de reflexão bem mais privilegiadas do que outras.

A opção da edição “temática” de agrupar os apontamentos carcerários por proximidade de área de conhecimento, com o intuito de formar “livros” bem definidos, pode ter sido uma boa forma de introdução de uma escrita fragmentada para os não iniciados, mas escamoteia o fato de que Gramsci pensava e escrevia sobre os problemas de maneira simultânea, além de ser afligido pelas condições carcerárias e de saúde que afetavam seu trabalho. Uma noção melhor da metodologia de trabalho gramsciana apenas tornou-se acessível ao grande público depois da “edição crítica” de Gerratana, de 1975.

Essa edição dos escritos carcerários de Gramsci não foi reproduzida integralmente no Brasil, uma vez que Coutinho, Nogueira e Henriques optaram por combinar a edição temática com o aparato crítico da edição Gerratana, utilizando o argumento do aspecto “didático” de tal organização. Mas, de todo modo, fica claro para o leitor que cada um dos volumes “temáticos” (que totalizam seis) são partes de um todo, como são os *Cadernos do cárcere*.

A partir dessa edição brasileira, que data de 1999, a compreensão dos escritos gramscianos pôde dar um salto de qualidade, muito embora ainda seja incipiente, quando se compara com os avanços que se fizeram na Itália a partir da edição crítica nos anos de 1970 e 1980.⁷ É bom ressaltar que estamos nos referindo ao trabalho de interpretação sobre o “léxico” gramsciano, e não menoscabando a importância da longa produção acadêmica brasileira de matriz gramsciana já referida, em suas mais de quatro décadas.⁸

Quanto ao tipo de trabalho acadêmico que nos dispusemos a analisar neste artigo, teses e dissertações de Programas de Pós-Graduação brasileiros, podemos, além de ratificar o que já foi dito anteriormente sobre a produção gramsciana em geral, ressaltar os seguintes aspectos: 1) como a nossa pesquisa foi realizada essencialmente com obras disponíveis *on-line*, o levantamento ficou restrito, basicamente, a trabalhos produzidos nos últimos dez anos, quando a prática de disponibilizá-los na internet tornou-se generalizada; e 2) sabemos, por experiências de trabalho anteriores, que a referência de Gramsci em teses e dissertações brasileiras é bem mais antiga, o que torna, portanto, o nosso levantamento ainda incompleto.

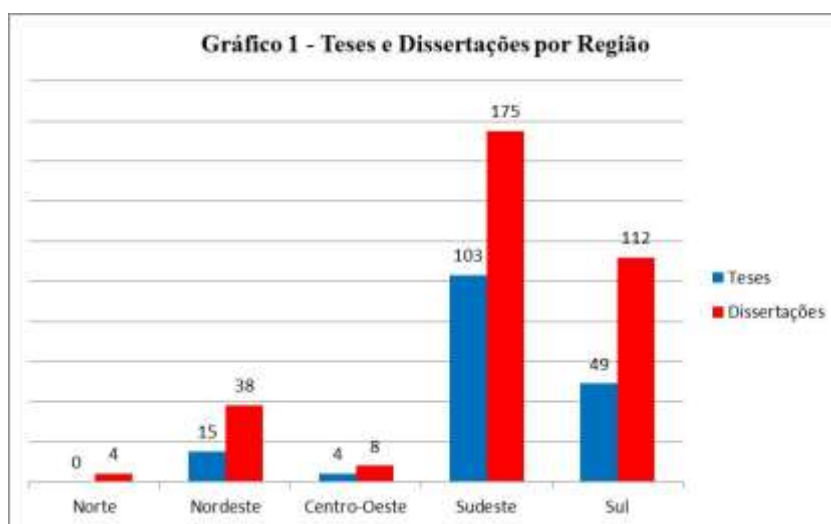
Quanto às possibilidades de se fazer este tipo de pesquisa a que nos dispusemos, pudesse fazer algumas ressalvas gerais. Começando pelo fato de que nosso levantamento foi muito facilitado ou muito dificultado a depender da qualidade do sítio que abrigava os Bancos de Teses

⁷A título de exemplo, pode-se destacar o trabalho de Gianni Francioni, *L'officina gramsciana*, de 1984, considerado uma espécie de divisor de águas nos estudos de Gramsci, praticamente desconhecido no Brasil, e que o próprio autor já considera desatualizado. Do mesmo, ver “Come lavorava Gramsci” (2009).

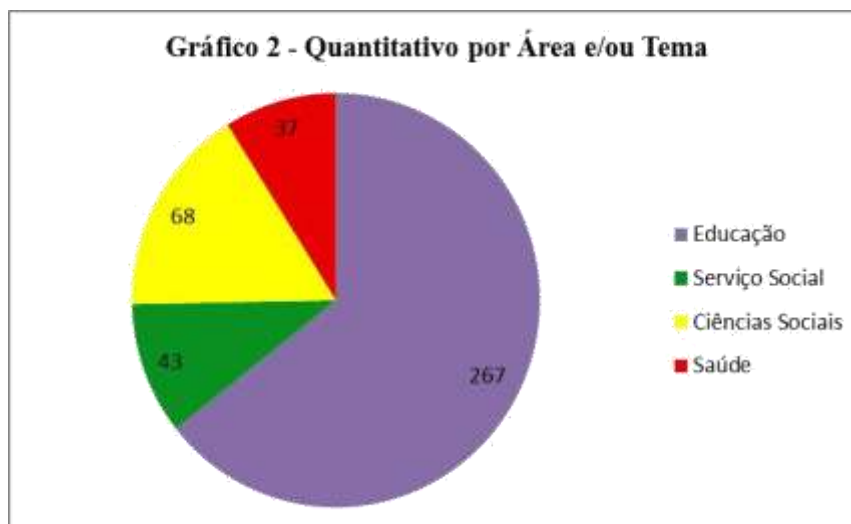
⁸Cabe destacar que ainda existe uma considerável quantidade de trabalhos recentes que citam as edições “temáticas” brasileiras, em especial e instituições localizadas fora das grandes capitais.

e Dissertações. Muitos deles não continham sequer as referências de trabalhos mais antigos, quanto mais sua disponibilidade *on-line*. No geral, pode-se dizer que a pesquisa fluiu melhor nas principais universidades públicas e em algumas PUCs de grandes centros urbanos, sobretudo nas regiões Sudeste e Sul – onde, por sinal, encontramos a maior parte das nossas referências –, mas, deve-se destacar o crescimento da influência de Gramsci nas outras regiões, com destaque para o Nordeste.

Do ponto de vista quantitativo, como já dito, nossa pesquisa encontrou, de maneira preliminar, um número bem considerável de trabalhos. O *Mapa bibliográfico de Gramsci no Brasil* apresenta, em agosto de 2016, um total de 1.214 (mil duzentas e quatorze) obras, compreendendo 706 (setecentos e seis) livros, capítulos de livros e artigos científicos publicados, e 508 (quinhentas e oito) teses e dissertações defendidas. Destacamos que o percentual das teses e dissertações frente ao quantitativo geral é de 42% (quarenta e dois por cento), sua distribuição pelas cinco regiões brasileiras pode ser observada no gráfico 1 abaixo.



Já o quantitativo de teses e dissertações referente às áreas e/ou temas selecionados para a escrita deste artigo – Educação, Serviço Social, Ciências Sociais e Saúde – está explícito no gráfico 2.



Feitas as apresentações gerais, passemos para as análises específicas das áreas e temas de pesquisa selecionados, procurando apreender os significados qualitativos e quantitativos de todo esse levantamento, para a melhor compreensão do impacto do pensamento de Antonio Gramsci na produção de teses e dissertações em nosso país.

3. Produção acadêmica em Educação, Serviço Social, Ciências Sociais e Saúde

3.1 Gramsci e a Educação contemporânea no Brasil

Neste mapeamento sobre a produção bibliográfica de Gramsci no Brasil, identificamos a presença do autor no campo educacional em mais de 50% (cinquenta por cento) das teses e dissertações arroladas. Ou seja, do total de 508 (quinhentas e oito), 267 (duzentas e sessenta e sete) possuem algum vínculo com a área.

O propósito deste item do artigo é o de contribuir com a realização de uma reflexão acerca da presença de Gramsci no campo da produção educacional do Brasil contemporâneo. A identificação dessa contribuição origina-se dos resultados que conseguimos reunir até agosto de 2016, e que se converteram no aludido documento a respeito das publicações sobre Gramsci no Brasil.

Numa análise preliminar das teses e dissertações que figuram no plano educacional (seja no que diz respeito aos seus pertencimentos a Programas de Pós-Graduação, seja quanto aos seus conteúdos), encontramos 14 (catorze) pesquisas relacionadas à formação de professores, 27 (vinte e sete) que se ocupam da educação relacionada aos movimentos sociais, 48 (quarenta e oito) que versam sobre políticas públicas educacionais e 178 (cento e setenta e

oito) pesquisas que, apesar de cuidarem de diferentes questões relacionadas à educação, apresentam, de forma diversificada, preocupações com a prática escolar.

A quantidade de obras vinculadas à Educação, nas diferentes categorias mencionadas (formação de professores, políticas públicas, movimentos sociais e prática escolar), nos aponta pistas para a compreensão da centralidade negativa que o pensamento gramsciano tem recebido do autor e de parceiros de um dos projetos educacionais mais reacionários da história da educação brasileira: o “Escola Sem Partido” (ESP).

A interpretação concreta e pensada da realidade do nosso tempo histórico, possibilitada pela filosofia de Gramsci, em contraponto à debilidade e inconsistência do projeto que prevê uma lei que restringe a liberdade de expressão dos educadores brasileiros, tem se traduzido no motivo que transformou este pensador italiano em um dos alvos privilegiados pelos agentes conservadores, responsáveis e adeptos, do aludido programa.

Guilherme (*apud* ROSÁRIO, 2016), numa análise sobre a conjuntura atual da sociedade brasileira, apresenta um dos pontos nodais das preocupações que afligem os movimentos democráticos em diferentes esferas do corpo social: o retrocesso das conquistas que adquirimos durante o período de redemocratização política, na década de 1980. Modonesi (2016), numa leitura desses acontecimentos, ressalta que o movimento de “*deslocamento em direção a um perfil regressivo*” integra um tipo de “revolução passiva” que se encontra em curso no Brasil e, com variações de intensidade, forma e conteúdo, também em diferentes países latino-americanos, como a Venezuela, Bolívia e Argentina.

Tomando Gramsci (1999), quando analisa a filosofia crociana e encontra nela a intenção de produzir e manter a “*ausência de uma iniciativa popular unitária no desenvolvimento da história*”, cuja materialização encontra-se em ações vinculadas ao projeto de operacionalização de uma “revolução passiva”, cogitamos em elaborar um ensaio sobre a compreensão do caráter retrocessivo do ESP – que tem se destacado no “*deslocamento [da educação] em direção a um perfil regressivo*” –, mas decidimos pelo oposto. Optamos pela dedicação em iniciar reflexões sobre como se apresentam os movimentos contra- hegemônicos produzidos na área que este item destaca (a educacional).

Essa escolha foi motivada pela crença de que assim podemos contribuir com o encaminhamento de raciocínios que levem ao conhecimento da realidade concreta, fundamental para compreender tanto as necessidades sociais, quanto as possibilidades históricas reais de elaboração de estratégias que engrossem os movimentos de construção de uma sociedade livre da divisão entre os que governam e os que são governados, portanto, também livre do capitalismo.

Assim, das pesquisas que versam sobre Gramsci e a educação, destacamos as produções que privilegiaram a interseção entre educação e movimentos sociais como demonstrativas da presença da filosofia da práxis em produções que objetivam contribuir com as forças contra-hegemônicas.

Nessas produções, vimos a educação como importante cooperante na luta pela emancipação humana da classe trabalhadora, em sua diversidade. Diversidade que se manifesta nas especificidades do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, dos povos indígenas, dos povos quilombolas, dos movimentos sociais urbanos e em muitos outros, mas que não perdem o foco da luta popular unitária.

A realização de análises radicais (na acepção de raiz), propiciada pela filosofia gramsciana, em produções que dissertam sobre a Educação relacionada aos movimentos sociais, é um valoroso exemplo de como Gramsci é considerado relevante na construção de condições objetivas para o efetivo protagonismo popular no desenvolvimento da história.

3.2 A presença de Gramsci na produção acadêmica do Serviço Social no Brasil

Em meados da década de 1960, quando começam a ser traduzidas as primeiras obras de Gramsci no Brasil, o Serviço Social já era uma profissão reconhecida e inscrita na divisão social e técnica do trabalho. A interlocução profissional com o marxismo ocorreu no início da década de 1960, porém, o Golpe militar de 1964 instaurou uma nova conjuntura política no país, interrompendo essa aproximação. Somente em meados dos anos de 1970 o debate foi retomado, no bojo de um contexto tratado na literatura do Serviço Social como “processo de renovação profissional”, que significou a revisão de uma série de pressupostos que norteavam as condutas profissionais e seus modos de apreensão da realidade social. Esse momento foi interpretado como uma tensão entre o conservadorismo e a perspectiva crítica no âmbito do Serviço Social.

Em 1978, no encontro promovido pelo Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio em Serviços Sociais (CBCISS), no Centro de Estudos do Sumaré, foram incorporadas ao universo das discussões reflexões relativas à vertente fenomenológica e crítico-dialética. Coube à professora Creuza Capalbo uma elucidação das vertentes, divididas em duas partes. Na última intervenção, a professora levantou questões relacionadas ao método dialético, ao Estado, à hegemonia, aos intelectuais e ao bloco histórico, segundo o pensamento de Antonio Gramsci. Além deste, Creuza Capalbo apresentou leituras das *Teses sobre Feuerbach*, mencionou Althusser e os aparelhos ideológicos do Estado. No debate da dialética, por exemplo, o documento de Sumaré aponta estudos sobre a dialética marxista e hegeliana, e mencionam-se autores como Karel Kosik e Adolfo Sanchez Vázquez, para citar as mediações travadas com o campo marxista.

Contudo, outros autores de correntes teóricas distintas também são citados, especialmente das oriundas da fenomenologia.

Simionatto (2011a) afirmou que, no final dos anos 1970, um grupo de profissionais passou a ocupar espaços dentro dos órgãos representativos da categoria até então dirigidos por integrantes de tendência conservadora, indicando uma clara posição estratégica de luta pela hegemonia no espaço de organização política profissional.

Foi neste cenário que as categorias analíticas de Antonio Gramsci passaram a fazer parte da cultura do Serviço Social e a iluminar diversas formas de interpretação da realidade brasileira. O Serviço Social, ao se distanciar do pensamento althusseriano, passou a incorporar as contribuições de Gramsci em suas elaborações, potencializando o ativismo político que marcou a profissão no período. Simionatto explana que:

[...] O referencial gramsciano é buscado, inicialmente, como possibilidade para pensar a atuação do assistente social enquanto intelectual orgânico, marcando o seu compromisso com as classes subalternas. Este eixo de reflexão, nem sempre inspirado numa leitura correta da obra gramsciana, foi muitas vezes utilizado para reeditar certas tendências da visão missionária do assistente social em face dos segmentos pauperizados da população. No entanto, as ideias de Gramsci passaram progressivamente a ser incorporadas pelo Serviço Social, abrindo novas possibilidades para pensar seus referenciais teóricos e suas ações interventivas. (SIMIONATTO, 2011a, p. 171).

Na década de 1980, com o processo de abertura política, a sociedade brasileira começou a apresentar características democráticas, o que possibilitou ao Serviço Social autoquestionamentos acerca da profissão e das práticas políticas dos assistentes sociais. Desta forma, a luta pela democracia no país influenciou o Serviço Social a propor um novo projeto de profissão. Neste período, criou-se o quadro necessário para “romper com o quase monopólio do conservadorismo no Serviço Social: no processo da derrota da ditadura se inscreveu a primeira condição – a condição política – para a constituição de um novo projeto profissional” (NETTO, 2006, p. 150).

Com base nos estudos de Simionatto (2011a), observamos que, nas décadas de 1980 e 1990, Gramsci passou a ser um referencial significativo nas elaborações do Serviço Social. Inicialmente, sua obra apresentou-se como possibilidade para se pensar a atuação do assistente social enquanto intelectual orgânico comprometido com as classes subalternas; e, num segundo momento, várias de suas categorias analíticas passaram a ser utilizadas na produção de conhecimento do Serviço Social. Como exemplo, uma nova visão das instituições, compreendidas não mais como bloco monolítico, mas como capazes de expressar, conflitivamente, os interesses da classe dominante e dos grupos dominados (noções de

aparelhos privados de hegemonia, Estado ampliado, intelectuais, dimensão política da prática profissional entre outras).

Nos V e VI Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais, realizados em 1985 e 1989, respectivamente, observa-se um constante recurso ao pensamento de Gramsci na análise da realidade socioeconômica e política do país.

Vale ressaltar que o pensamento de Gramsci permeou o debate dos assistentes sociais além das fronteiras universitárias, mesmo que de forma incipiente. A relevância do pensamento gramsciano para o Serviço Social manifesta-se “tanto em relação ao fortalecimento do estatuto teórico da profissão quanto na qualificação das ações prático-interventivas que é desafiado a construir em resposta às manifestações da ‘questão social’” (SIMIONATTO, 2011b, p. 18).

Entretanto, após uma “onda” de interesse em Gramsci, verificou-se, a partir da década de 1990, uma perda de vitalidade desse debate nos esforços de consolidação da perspectiva marxista no Serviço Social – esforços estes que se refletiam na direção assumida junto aos órgãos profissionais de formação e de organização da categoria, bem como nos processos de reforma curricular nas unidades de ensino do país.

Porém, muitos indícios apontam para o incremento dos debates em torno da teoria gramsciana no Serviço Social, que, a nosso ver, formula possibilidades de interlocução com o plano dos movimentos culturais e políticos imprescindíveis para a análise e intervenção no contexto contemporâneo (LOLE, 2014).

Com base na pesquisa bibliográfica realizada, podemos verificar que indícios e pistas das considerações do pensamento de Gramsci mostram uma presença significativa na profissão. Nesse primeiro levantamento, foram encontradas um total de 43 (quarenta e três) teses e dissertações defendidas em Programas de Pós-Graduação de instituições de ensino superior⁹ reconhecidas no país.

Nas teses e dissertações levantadas, observamos que categorias como Estado, sociedade civil, revolução passiva, hegemonia, política, filosofia da práxis e classes subalternas foram apreendidas como parâmetros na análise, demonstrando-se como um potencial na disputa contra-hegemônica.

⁹ As instituições com teses e dissertações defendidas na área do Serviço Social são: UFPE, UFAL, UFRJ, UERJ, PUC-Rio, PUC-SP, UEL, UEPG, UFSC, PUC-RS. Somente Programas de Pós-Graduação em Serviço Social foram contabilizados para esta análise, descartamos os demais programas vinculados aos Cursos de Serviço Social.

3.3 A recepção do pensamento de Gramsci nas Ciências Sociais brasileiras

Nesta seção, consideramos teses e dissertações em Ciências Sociais trabalhos realizados em Programas de Pós-Graduação nas áreas que tradicionalmente enquadram-se nessa rubrica, ou seja, Sociologia, Ciência Política, além dos próprios Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Deve-se salientar que nossa pesquisa não encontrou nenhuma produção daquele tipo em programas de Antropologia, o que levanta questionamentos que não serão trabalhados aqui.¹⁰ O que devemos destacar desde já são nossos limites, uma vez que temas característicos das Ciências Sociais são trabalhados em Programas de Pós-Graduação de diversas áreas. Mas, de certa forma, as demais seções deste artigo contemplam mais questões da área na medida em que tratam de aspectos das chamadas “Ciências Sociais Aplicadas”.

Apesar dessas restrições, encontramos o expressivo número de sessenta e seis produções do tipo em nosso levantamento. Com base no exposto na segunda seção deste artigo, é muito provável que visitas *in loco* às bibliotecas universitárias pelo Brasil nos permitiriam encontrar mais trabalhos.

Entre as áreas de Programas de Pós-Graduação que configuram o que aqui consideramos como o campo das Ciências Sociais, distribuem-se os trabalhos do seguinte modo: 21 (vinte e uma) em Sociologia, 20 (vinte) em Ciência Política e 27 (vinte e sete) em Ciências Sociais. Quanto ao nível dos cursos, como se poderia supor de antemão, existem muito mais Dissertações de Mestrado do que Teses de Doutorado em nosso levantamento – para ser mais exato, 46 (quarenta e seis) e 22 (vinte e dois), respectivamente, ou seja, mais do que o dobro. Essa maior quantidade de mestrados possivelmente se explica de forma parecida com o porquê de existirem mais trabalhos em Programas de Pós-Graduação de Ciências Sociais do que em Sociologia ou Ciência Política: ambos estão mais “espalhados” em universidades fora das grandes capitais.

Em relação às temáticas que sustentam os trabalhos acadêmicos nas Ciências Sociais brasileiras, destacam-se as discussões teórico-conceituais acerca de conceitos gramscianos e/ou sobre como suas ideias impactaram pensadores e ativistas políticos no país. Dentre as categorias mais trabalhadas, relevam-se aquelas que se articulam com a questão política, em especial a partir do conceito de *hegemonia*, o mais recorrente, além das categorias de *Estado*

¹⁰ Há uma exceção no Programa de Pós-Graduação de Sociologia e Antropologia da UFPA, mas há que se considerar que não se trata de um programa de Antropologia “puro”. Cabe ressaltar que o pensamento gramsciano não é incompatível com o trabalho antropológico, como atesta Crehan (2002), mas é interessante refletir o porquê de não existirem trabalhos recentes influenciados por Gramsci na Antropologia brasileira.

(“ampliado”), *sociedade civil*, entre outras correlatas.

Essas categorias são evocadas para a iluminação de temáticas as mais variadas, como a história e as ideias de partidos políticos – em especial, reflexões sobre a trajetória do Partido dos Trabalhadores –, a atuação de entidades da sociedade civil organizada – sejam populares, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, ou patronais, como a Fundação Bradesco –, além do movimento sindical – como a práxis da Central Única dos Trabalhadores, do Comando Geral dos Trabalhadores etc.

No bojo dessas discussões, o conceito de *intelectual* (ou “intelectual orgânico”) é recorrentemente trabalhado, tanto para salientar o papel “pedagógico” dos intelectuais em processos de disputa hegemônica, quanto para interpretar sua função como a de construtores de consensos. Nessas discussões sobre as disputas hegemônicas, encontram-se alguns trabalhos que se focam na questão dos jornais e do jornalismo, em geral relacionada ao conceito de intelectual, tentando destacar o papel da grande imprensa e das corporações da mídia no direcionamento de processos políticos, bem como as possibilidades de mídias populares alternativas.

É interessante ressaltar, por fim, a quantidade de trabalhos de inspiração gramsciana que analisam processos históricos, políticos e sociais em outros países, com destaque para os latino-americanos, bem como a produção de muitos trabalhos que tratam de relações internacionais. Nesses casos, os conceitos gramscianos, utilizados originalmente para a interpretação de processos internos às nações, são “estendidos” para explicar as relações entre países em termos de hegemonia, relações entre forças, potência etc.

Quanto às temáticas teóricas, deve-se destacar o esforço de renovação dos estudos gramscianos, em especial depois que a editora Civilização Brasileira publicou a edição “mista” dos *Cadernos do Cárcere*, mencionada na segunda seção deste trabalho, com o crescente abandono da edição temática, que procurava atribuir uma sistematicidade de tipo “acadêmico” inexistente no pensamento de Gramsci. Contudo, salvo exceções, pouquíssimos pesquisadores já se utilizam da edição crítica dos *Quaderni*, dirigida por Gerratana.

3.4 O debate da Saúde na perspectiva gramsciana

Nesta pesquisa, observamos um volume de produção de trabalhos em diversas áreas de conhecimento, nas quais a temática da saúde aparece como questão central e o pensamento de Antonio Gramsci é tido como referência, com maior ou menor relevância. Do total de teses e dissertações encontradas mais de 7% (sete por cento) tem a saúde como tema. Embora o resultado quantitativo seja menor comparado a outras temáticas, interessou-nos evidenciar a

influência do pensamento gramsciano nas questões desenvolvidas neste percentual das pesquisas, por se tratar de uma área desvinculada da centralidade da teoria de Gramsci e por ser de fundamental importância no campo das relações entre saúde e trabalho no Brasil.

É interessante ressaltar o número elevado de diferentes áreas dos Programas de PósGraduação que discutem o tema em uma perspectiva gramsciana. Para facilitar a quantificação, agrupamos as áreas afins e as ordenamos priorizando o quantitativo: Serviço Social, Educação Profissional em Saúde, Enfermagem, Educação, Ciências em Saúde, Políticas Públicas. Em número menor, encontramos: Administração Pública, Ciências Sociais, Educação Ambiental, Educação Física.

A inclusão do tema saúde e a diversidade de áreas encontradas nas pesquisas reforçam o argumento da versatilidade deste pensador, bem como o caráter permanente e atual de seu pensamento como base para a luta política pela transformação da realidade.

As questões mais recorrentes nas dissertações e teses desenvolvidas com a temática da saúde foram: Sociedade Civil, Estado, Trabalho em Saúde, Controle Social-Conselho de Saúde, Reforma Sanitária-SUS, Hegemonia, Política Nacional de Saúde, Educação Profissional em Saúde, Políticas Públicas, Adoecimento Profissional.

A influência do pensamento de Gramsci aparece, prioritariamente, nas pesquisas que têm como fundamento o trabalho como princípio educativo na formação dos trabalhadores e o trabalhador como intelectual produtor de conhecimento, de modo a direcionar a reformulação das estruturas do sistema de saúde – como, por exemplo, ocorrido no Brasil com a Reforma Sanitária e a implantação do Sistema Único de Saúde (SUS), em 1990, que teve como grande inspiração a Reforma Sanitária Italiana. No entanto, os trabalhos também apontam o início do desmonte e a consequente precarização do sistema de saúde brasileiro nas décadas seguintes.

Outro tema relevante é o apontamento das contradições dos Projetos PolíticoPedagógicos dos programas de Formação em Serviço em Saúde, contrapondo-se ao valor dado por Gramsci ao protagonismo do trabalhador nas decisões.

No debate sobre o papel da sociedade civil, destaca-se a ação de agentes na busca de interesses e direitos, o que, muitas das vezes, gera conflitos, tensões e embates com as resistências conservadoras e os interesses privados. A este conflito, soma-se a ausência de políticas sociais condizentes com a realidade social, o que inviabiliza projetos e representa barreiras objetivas nas conquistas de reivindicações no âmbito da Saúde.

A participação dos trabalhadores na construção compartilhada do conhecimento é apontada como fator estruturante de organização e luta para a mudança das relações entre saúde e trabalho. Além disso, destaca-se a importância da unidade entre teoria e prática, tão valorizada no

pensamento gramsciano, como um processo que pode se construir, por exemplo, no papel do Agente Comunitário em saúde.

Outro ponto relevante nas discussões dos trabalhos diz respeito à importância da participação de vários saberes técnicos como facilitadora da organização, da autonomia e da potenciação da capacidade de luta pela conquista de direitos. Além disso, as pesquisas gramscianas na Saúde ressaltam o fato de que as características da análise e do controle da nocividade no trabalho na área estão relacionadas com o caráter da organização capitalista do trabalho e com o modelo de desenvolvimento do país.

O controle social é evidenciado nas teses e dissertações como espaço de contradição que, tanto pode colaborar com a democratização das políticas sociais, quanto pode fortalecer o projeto do capital, seu caráter destrutivo e os ataques ao mundo do trabalho. O Movimento da Reforma Sanitária Brasileira e as conquistas da Constituição de 1988 garantem a participação social através dos Conselhos de Saúde; entretanto, existem limites e desafios na sua atuação que precisam ser superados.

Sempre tendo o pensamento de Gramsci como referencial de fundo, os trabalhos encontrados nos lembram, mesmo que indiretamente, que “a natureza humana é o conjunto das relações sociais”, propiciando a “ideia do devir”: o homem “transforma-se continuamente com as transformações das relações sociais” (GRAMSCI, 1999, p. 245).

4. Considerações Finais

Como já dissemos, esta é uma pesquisa (inacabada) que tem como propósito mapear as produções baseadas no pensamento de Gramsci no Brasil, bem como auxiliar pesquisadores/as, estudantes e pessoas interessadas, facilitando seu acesso aos trabalhos que possuem esse referencial teórico.

O resultado preliminar desta pesquisa nos mostrou que, dentre as temáticas contidas nas teses e dissertações, a Educação foi a mais numerosa, em especial, no que diz respeito ao seu aspecto de prática social. Tal não ocorre por acaso, já que Gramsci enfatiza o valor da organização, da disciplina e da cultura para a “conquista de uma consciência superior”, o que possibilita a uma pessoa a compreensão de seu próprio valor histórico (GRAMSCI, 2004, p. 58). A construção do conhecimento deve ter como referencial as relações de forças que são construídas entre os grupos sociais em busca da hegemonia (SEMERARO, 2006). Para Gramsci, a história é construída todos os dias, numa dialética constante onde não existe instituição definitiva e absoluta. O presente deve ser visto no seu contexto histórico e em uma visão de totalidade contraditória e dialética, se quisermos transformá-lo (PAIVA, 2012).

Não muito diferente, encontramos na área do Serviço Social questionamentos que correspondem ao tamanho do desafio que recai sobre o papel deste profissional em uma sociedade tão complexa e contraditória como a atual. Gramsci valorizou o papel do intelectual dos novos tempos que está organicamente conectado com a sociedade, participando de sua dinâmica e que luta pela hegemonia de sua classe. Sua conduta é construir, organizar e educar. Daí ser tão importante, para o intelectual, a evidenciação das forças que sustentam o sistema, para que se torne possível o seu rompimento (SEMERARO, 2006).

Como visto, ao Serviço Social cabe, entre outras funções, conhecer os processos sociais decorrentes do desenvolvimento do capitalismo e as suas consequências para a sociedade, sejam elas visíveis ou veladas, atingindo principalmente os subalternos. Este programa condiz com o pensamento de Gramsci, quando, no *Caderno 11*, relaciona as concepções de mundo com as fases históricas pelas quais as sociedades passam, concluindo que é fundamental o desenvolvimento de um senso crítico. Precisamos conhecer a história da filosofia e a história da cultura na qual estamos envolvidos. Sem ter consciência da historicidade, das diversas etapas que ela representou e das possíveis contradições contidas nas representações, não podemos cumprir o papel de filósofos críticos e coerentes. Cada época gera uma concepção de mundo e a reprodução de uma cultura, que diz respeito àquela realidade e aos problemas que correspondem a ela (GRAMSCI, 1999).

As Ciências Sociais brasileiras foram muito prejudicadas pelo processo de “caça às bruxas” que se perpetuou com a ditadura militar, redundando na cassação de muitos intelectuais da área que trabalhavam com a perspectiva marxista, com destaque para Florestan Fernandes. Esse fenômeno não apenas lesou todo um processo formativo, como permitiu que outras perspectivas teóricas, em especial as liberais, ocupassem maior espaço nos Departamentos de Ciências Sociais das universidades, “empurrando” muito da teoria social baseada naquele referencial para outros campos acadêmicos ou simplesmente excluindo-o.

Apesar disso, a instauração de um novo regime democrático, associado às lutas das classes subalternas, fez com que novos ventos marxistas voltassem a soprar com força na área, e, no interior desse referencial, a filosofia da práxis gramsciana afirmou-se de maneira destacada. Baseado no exposto anteriormente, podemos afirmar com tranquilidade que a influência do pensamento gramsciano no âmbito das Ciências Sociais brasileiras, embora sofrendo a “concorrência” de outras perspectivas teóricas progressistas, segue crescendo em quantidade e qualidade, bem como ampliando em muito o seu espectro temático.

Para finalizar, encontramos, nas pesquisas mapeadas, o tema da saúde principalmente nos debates sobre as relações entre saúde e trabalho e sobre a educação profissional. Com a

redemocratização do Brasil nas décadas de 1970-1980 foi possível legitimar a saúde como direito de todos e dever do Estado (Constituição Federal Brasileira de 1988), incluindo a Saúde do Trabalhador. Muitas foram as conquistas e a afirmação de uma nova lógica no campo da Saúde parecia se implementar. No entanto, apesar dos esforços e da resolução de muitas demandas, a saúde integral é hoje somente objeto da legislação em Saúde, não ainda uma política de Estado (RIBEIRO *et alii*, 2013).

Como nos afirmou Giovanni Berlinguer (1988, p. 3), médico italiano que lutou pela Reforma Sanitária de seu país, não basta uma lei para melhorar a saúde da população: “é preciso mudar profundamente o comportamento cotidiano, os modelos de vida, a produção e o consumo, as formas de participação na atividade comunitária, a direção política do governo e das administrações locais”. De forma similar, Gramsci pensou que é preciso que o Estado seja concebido de modo a ampliar sua atuação para que possa expressar uma “nova concepção de poder” e garantir as conquistas alcançadas, isto é, Estado que expressa os resultados das relações popularmente estabelecidas, e que é capaz de manter as conquistas, ampliando-as (SEMERARO, 2006, p. 167).

5. Referências Bibliográficas

BERLINGUER, Giovanni *et alii*. *Reforma Sanitária-Itália e Brasil*. São Paulo: Editora Hucitec, 1988.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília/DF, 1988.

COUTINHO, Carlos Nelson. Introdução. In: GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere - Volume 1: Introdução ao estudo da filosofia – a filosofia de Benedito Croce*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. p. 7-45.

CREHAN, Kate. *Gramsci, Culture and Anthropology*. London: Pluto Press, 2002.

FRANCIONI, Gianni. Come lavorava Gramsci. In: GRAMSCI, Antonio. *Quaderni del carcere*. Edizione anastatica dei manoscritti. A cura di Gianni Francioni. Cagliari: Biblioteca Treccani; L'Unione Sarda, 2009.

_____. *L'officina gramsciana*. Napoli: Bibliopolis, 1984.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere - Volume 1: Introdução ao estudo da filosofia – a filosofia de Benedito Croce*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

_____. *Escritos políticos - Vol. 1: 1910-1920*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

KOSIK, Karel. *Dialética do Concreto*. 8 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

LOLE, Ana. *Emancipação para quem?: uma análise gramsciana sobre estudos de gênero e Serviço Social*. Tese (Doutorado em Serviço Social). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Departamento de Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2014.

MADONESI, Massimo. O fim da hegemonia progressista e a virada regressiva na América Latina. Disponível em: <http://blogjunho.com.br/o-fim-da-hegemonia-progressista-e-a-viradaregressiva-na-america-latina/>. Acesso em 25 abr. 2016.

NETTO, José Paulo. A construção do projeto ético-político do serviço social. In: MOTA, Ana Elizabete *et alii.* (orgs.). *Serviço social e saúde: formação e trabalho profissional*. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: OPAS, OMS, Ministério da Saúde, 2006. p. 141-160.

PAIVA, Maria Julia. *A influência do Pensamento de Antonio Gramsci no movimento operário italiano de saúde do trabalhador*. Dissertação (Mestrado em Ciências da Saúde Pública). Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública, Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca-ENSP, Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro, 2012.

RIBEIRO, Fátima Sueli Neto *et alii.* Saúde do Trabalhador no Brasil nos anos 1990 e 2000, do período da audácia ao desbrío. *Em Pauta*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 32, p. 39-63, jul. 2013.

ROSÁRIO, Miguel. A indiferença nazista da Globo em relação ao futuro dos programas sociais. *Análise de Conjuntura 05/5/2016*. Disponível em: www.cafezinho.com. Acesso em 20 jul. 2016.

SAVIANI, Dermeval. Introdução à edição em Língua Portuguesa: Gramsci na Educação brasileira. In: RAGAZZINI, Dario. *Teoria da personalidade na sociedade de massa: a contribuição de Gramsci*. Campinas: Autores Associados, 2005.

SEMERARO, Giovanni. *Gramsci e os novos embates da Filosofia da Práxis*. Aparecida, SP: Ideias e Letras, 2006.

SIMIONATTO, Ivete. *Gramsci: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social*. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2011a.

_____. Marxismo Gramsciano e Serviço Social: interlocuções mais que necessárias. *Em Pauta*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 27, p. 17-33, jul. 2011b.

Recebido em 12 de agosto de 2016

Aceito em 10 de outubro de 2016

Editado em 15 de dezembro de 2016